

**“A LOS CLAROS VARONES DE CASTILLA”. A EPISTOLOGRAFIA
HUMANISTA DE FERNANDO DEL PULGAR**

Ricardo Hiroyuki Shibata

A publicação de coleções de cartas em forma de epistolários tão em voga na Europa, no século XIV, a partir das iniciativas inaugurais dos epistolários dos humanistas italianos, Francesco Petrarca e de Coluccio Salutati, parece ter passado ao largo em Portugal. Como informa Andréa Crabé Rocha, o primeiro epistolário português a merecer os prelos da imprensa foi o das *Cartas Familiares*, de D. Francisco Manuel de Melo, em pleno século XVII (ROCHA, 1965, pp. 159-175). Obviamente, deve-se esclarecer, desde já, que a correspondência, quer particular, quer pública, de vários escritores de renome e de ilustres humanistas portugueses, circulava em forma manuscrita, permanecendo assim, mesmo após o advento da imprensa. Basta lembrar as epístolas em verso de João Roiz de Sá de Meneses (tão escassa, quanto importante por seu impacto inaugural), de Francisco de Sá de Miranda (o autor que ampliou os caminhos do Classicismo em terras lusitanas) e António Ferreira (aquele que fixou definitivamente o cânone letrado e cortesão para a composição de obras poéticas em língua portuguesa).

Tal fato é surpreendente, sobretudo se levarmos em conta que, desde pelo menos o século XV com os primeiros alvares do Humanismo peninsular, a partir da corte dos Reis Católicos na vizinha Espanha, já se podia dispor de obras dedicadas exclusivamente à produção epistolar. De fato, há vários autores castelhanos que se transformaram em verdadeiros modelos para toda a Península Ibérica e cuja fama muito se deveu à publicação de epístolas. Uma trajetória que começa com Fernando del Pulgar (o primeiro a ver sua coletânea de epístolas em forma impressa), passa por Frei Antonio de Guevara (sem dúvida alguma, um dos maiores sucessos editoriais de início do século XVI), até chegar aos nomes mais conhecidos de Garcilaso de la Vega e Juan de Boscán, freqüentemente referidos como autoridades e referência incontornável para a corte portuguesa de Quinhentos, conforme os tantos testemunhos de escritores da época.

O que cabe fazer, aqui, então, é destacar justamente esse percurso inicial, com Fernando del Pulgar, em que a troca epistolar ensaia seus primeiros movimentos. A partir disso, seria perfeitamente possível estabelecer algumas coordenadas de base com o intuito de desvelar uma hermenêutica mais verossimilhante em termos históricos, ou seja, determinar as condições de produção de suas epístolas a partir do contexto epocal do Humanismo castelhano. Diga-se de passagem, é surpreendente flagrar (até onde se pode saber) a falta de qualquer referência à obra de Fernando del Pulgar na

Literatura Portuguesa coetânea, em particular, se pensarmos no caráter inaugural de sua produção epistolar.

Isto se deveu, em grande medida, aos amplos contatos da corte portuguesa com as práticas literárias francesas, em que pesaram as alianças políticas a partir de tratados matrimoniais; ao estremecimento dos laços diplomáticos com o forte Estado engendrado pelos Reis Católicos, cujo cunho expansionista se direcionava a toda Península Ibérica; e ao caráter muito particular do nascente Humanismo português, que vaticinavam figuras de grande quilate como Fernão Lopes e seus continuadores nos quadros da chancelaria régia da corte afonsina (TATE, 1970, pp.54-65; TATE, 1979, pp.42-44). De qualquer forma, a obra de Fernando del Pulgar só ganhou notoriedade, em Portugal, a partir do século XVI, com a vitalidade impressionante das *Coplas de Mingo Reuulgo glosadas por Hernando del Pulgar*, publicadas em dois momentos subsequentes, em mesma edição: a primeira, em Lisboa, por Germão Galharde, em 1520; e, a segunda, em 1525, em que as “letras” de Pulgar foram suprimidas.

Como se disse, as epístolas em prosa castelhana de Fernando del Pulgar foram as primeiras a alcançar o favor da imprensa na Península Ibérica. Foram estampadas pela primeira vez em 1485, nos prelos de Fradique de Basileia, em Burgos, que publicou uma coleção de 15 epístolas, junto com a glosa das *Coplas de Mingo Revulgo*. No ano seguinte, em 1486, foram publicadas mais uma, agora pelo impressor Juan Vasquez, em Toledo, com os *Claros Varones de Castilla*, com um *corpus* mais alargado de 32 epístolas (PONTÓN, 1999, p.1493). O que demonstra cabalmente o enorme interesse que público leitor votava a este tipo de produção literária; além disso, a correspondência entre letrados e grandes senhores ganhava espaço justamente por estabelecer os modos de comunicação institucional com traços de familiaridade – um modo de escrever “cuidado descuidado”, como dizia o escritor romano Quintiliano, com elegância, porém simples e casual (BOUZA, 2001, pp.122-124).

No entanto, o sucesso da epistolografia de Pulgar – que ele denomina de “Letras”, retomando o conceito clássico de carta mensageira (*littera*) – deveu-se incontestavelmente ao seu caráter expressivamente ético-cavaleiresco, sobressaindo de modo particular pelo conteúdo expresso na epístola inicial de sua coletânea, a “Letra contra los males de la vejez” – um verdadeiro libelo contra os argumentos ciceronianos contidos no *De Senectute*. Conquanto, para Pulgar, concordando com Cícero, a velhice seja louvável pela prudência e experiência que se adquire com o passar dos anos, ela é particularmente danosa, porque afasta os cavaleiros do campo de batalha, único momento em que se pode conquistar a fama e a honra, e angariar aumento de estado. (PULGAR, 1989). Esta assunção, que se desloca estrategicamente em relação à autoridade ciceroniana, de fato, não exclui a aclimatação de um certo saber erudito e a forma específica de escrita. As cartas familiares de Cícero continuariam a ser o grande modelo para a troca epistolar e para a tratadística retórica até, pelo menos, o século XVIII.

De qualquer maneira, aqui, Pulgar parte do pressuposto que a virtude da *fortitudo* é a razão de ser do cavaleiro; daí, então, dedica-se a traçar todo um código de conduta aristocrático em conformidade com a virtude da “coragem”, certamente de matriz aristotélica, e a partir daquilo que se distingue da

temeridade e da covardia com estreita vinculação às virtudes da constância e da prudência.

Uma das fontes da crítica de Pulgar à velhice é a tradição médica baseada nos argumentos de Galeno, segundo a qual a velhice é uma das enfermidades intrínsecas ao ser humano e de caráter incurável, que nem mesmo o arsenal de *topoi* dos estóicos pode remediar com sucesso (MOINES, 1988, pp.340-345). Mais precisamente, como explica Alfonso de Cartegana, bispo de Burgos, no *Libro Segundo de las Siete Artes Liberales* (Sevilha, Meynardo Ungut & Stanislao Polo, 1491):

la virtud de la fortaleza consiste en el abito del coraçon que esta dispuesto para cometer qualq[ui]er cosa peligrosa [e] sufrir qualquier temor por el bien publico segund que la razon lo iudgara [e] no enlas fuerças del cuerpo avnque son buenas si son guiadas por la razón.(CARTAGENA. 1491, fol.32v)

Fernando del Pulgar chega mesmo a afirmar, em suas *Coplas de Mingo Revulgo*, dedicado ao conde de Haro, Condestável de Castela, e também destinatário de uma de suas mais importantes epístolas consolatórias, concordando com o argumento de Aristóteles da *Ética a Nicômaco* (III, 8), que é diante dos maiores perigos no fervor dos campos de batalha que se demonstra o verdadeiro valor do cavaleiro. Sublinha que o “varon fuerte” deve temer tão-somente “la mala fama” e não perder seu tempo com preocupações acerca da pobreza, enfermidade, morte ou mesmo inimizade. E acresce, um pouco mais adiante, que “algunos son temerosos de la muerte en las batallas pero que son osados en el repartir sus riquezas”. E, ainda, “porque algunos hombres ay osados para se poner a los peligros de las armas y son tan estrechos en la liberalidad que avn para lo que cumple a sus personas no tienen animo de gastar”. Dessa forma, se a liberalidade é a virtude unitiva por excelencia (a capacidade de distribuir a riqueza e os bens adquiridos) e correlata da justiça distributiva (tratar a todos conforme o merecimento), no entanto, esse princípio deve estender-se a todas as ações humanas. Vale dizer:

Los que verdaderamente se pueden llamar fuertes dize que son aquellos que piensan quan arduas y de que calidad son las cosas que acometeno los peligros que esperan y por sola virtud lo sostiene con fortaleza y esperan que la muerte que houierem sera digna de hõra. (PULGAR, 1985, glosa xii)

Ou, para referir, de modo definitivo e contundente:

Los fuertes antes de los peligros son quietos y seguros, y en los peligros son diligentes y sostienen virilmente los infortunios... Los que verdaderamente se pueden llamar fuertes dize [el Filósofo] que son aquellos que piensan cuán arduas y de qué calidad son las cosas que acometem o los peligros que esperan, y por sola virtud lo sostienen con fortaleza y esperan que la muerte que hobieran será digna de honra.(PULGAR, 1985, fol. biiii v)

É justamente esta concepção da *fortitudo* cavaleiresca que irá predominar em todas as cartas de Pulgar. Não é por acaso que, sintomaticamente, quando Pulgar ao traçar o retrato do Marquês de Santillana, em cujo círculo se congregavam vários dos mais eminentes humanistas castelhanos do período, a despeito de referir que foi notável “en el estudio dela sciencia” e que era grande exemplo da conjugação das armas e das letras (“E ni las armas le ocupauã el estudio. ni el estudio le impedia el tiempo para platicar con los caualleros y escuderos de sus casa”), é o aspecto guerreiro e verdadeiramente militar que ele irá destacar. Acerca da brilhante carreira humanista de Santillana, Pulgar diz apenas e de modo assaz singelo que “ordenó en metros los p[ro]verbios (...) en los quales se contiene casi todos los preceptos dela filosofia moral” (PULGAR, 1493, fols.13v-15r). Pulgar menciona, de toda uma vasta produção literária, apenas os *Provérbios* de Santillana, porque estes seguiam o modelo dos *Provérbios* bíblicos, cuja função era fornecer sentenças e parábolas morais e nos quais se demonstram “os enganos deste mundo, e maneira de bem instruir a mocidade”, fornecendo “o fundamento de bem viver”, como dirá mais tarde o humanista português Damião de Góis (GÓIS, 2002, p.57).

Particularmente, essa exortação à virtude da fortaleza é estrategicamente relevante quando se trata daquelas cartas de viés consolatório. Numa delas, a “Letra XIII. Para el Condestable”, Pulgar objetiva aconselhar ao chefe das hostes castelhanas, preocupado com os desdobramentos imprevistos do cerco à cidade de Montanches, que se estendia para muito além do planejado, e com a chegada iminente das tropas portuguesas, lembrando-o que “por duros y largos que sean los trabajos que agora teneys, vuesta Señoria sufrira con igual anino, pues son por ensalçamiento de la Corona Real, y por el honor y paz de vuestra propria tierra” (PULGAR, 1493, fol.64r). Porém, o argumento de maior força persuasiva é aquele que, retomando as palavras de Aristóteles, define a virtude como escolha racional que, depois, torna-se hábito moral constante:

Deliberastes bien antes que esta empresa acceptastes, para no recibir en ella mengua como hazen los varones fuertes que no se ofrecen a toda cosa, mas eligen con maduro pensamiento aquella donde por qualquier cosa que acaezca prospero, o aduerso, resplandezca su loable memoria. (PULGAR, 1493, fol. 64r-56v)

Ou seja, o maior grau da fortaleza se obtém diante dos maiores perigos, em que se requer participação ativa do cavaleiro: “do ay mayores peligros, se muestra mayor grado de fortaleza”, a qual “no se loa combatiendo el flaco”, mas “resplãdece resistiendo lo fuerte, y tiene mayor grado de virtud esperando al que comete, que cometiendo al que espera”, em especial, “aquele que resiste presto los peligros que subitamente vienen”. Assim devem proceder todos aqueles que tomam hábito da “Ordem de Caualleria”, nem amar a vida, nem temer a morte, pois “o cauallero està obligado a recibir la muerte loable, y huyr de vida torpe” (fol.64v). Mesmo porque, conforme a “Letra X. Para Don

Enrique tio del Rey”, os que se submetem aos maiores perigos possuem obviamente a maior retribuição em honra.

Nesse sentido, as feridas conquistadas no campo de batalha nada mais são do que o justo prêmio para quem serviu “a Dios con deuocion, y al Rey con lealtat, y a la patria con amor” (fol.61v). Em outra carta, ao mesmo D. Henrique, continua salientando o fato de que elas são “insígnias de la profession (...) en la Orden de Caualleria”, pois “el dolor assi como pone desesperacion a los malos”, assim “trae contricion a los buenos” (“Letra. XVII. Para El Señor don Enrique”, fol. 70v). Do mesmo modo, os duros sofrimentos do cárcere tanto maiores são, quanto mais se lembra o estado ao qual se pertence e as obrigações em relação ao ofício que se deve desempenhar adequadamente, ou, como diz a “Letra XIX. Al Conde de Cifuentes que estaua preso en Granada”, no árduo embate pela retomada de territórios cristãos aos mouros: “Muy noble señor, si considerays quien soys, y el ofício que tomastes, y el porque, y el como, y el donde os prendieron, creo aureys alguna paciencia en este trabajo do estays” (fol. 71r). E, para consolar definitivamente ao bispo de Tuy, preso em Portugal, sublinha que “bein sabeys quãtos golpes reciben los ministros de la verdad” (“Letra VIII. Para el Obispo de Tuy, que estaua preso en Portugal, en respuesta de otra”, fol.60r).

Se a virtude da fortaleza é a base na qual se assenta a argumentação das cartas consolatórias de Fernando del Pulgar, é possível reconhecer igualmente a presença ostensiva da matriz argumentativa das *Tusculanas* de Cícero, em especial, quando se afirma que não se deve consolar alguém que acabou de sofrer algum mal, mas que se deve esperar que as lágrimas sequem e a dor arrefeça: “No soy yo de aquellos que presumen quitar con palabras la tristeza aun no madura” (“Letra XV. Para el Cardenal”, fol. 67r). Essa matriz ciceroniana se coaduna com a perspectiva de que a consolação contra as adversidades e os reveses da Fortuna (desterro, enfermidade, derrota nas batalhas etc.) é constituinte das obrigações e do serviço aristocrático que deve ser prestado mutuamente entre amigos verdadeiros: “Digo os señor mi parecer, porque cõ quatro cosas somos obligados de ayudar a los señores y amigos con la persona, con la hazienda, con la consolación, y cõ el consejo, ó con lo que destas tuuieremos, y el amigo huuiere menester”.

Para Pulgar, a tarefa de consolar a quem sofre é de tal importância que excede mesmo ao dever de aconselhar nos negócios públicos, porque “El aconsejar es muy ligero de hazer, porque qualquiera por necio que sea, presume dar cõsejo, y aun muchos se combidan con el, porque cuesta poco: y tambien porque nuestra humanidad nos trae naturalmente a ello, condoliéndose de lo que al proximo vemos padecer”. Para consolar convenientemente, o termo de maior impacto – além de que receber resposta a uma carta enviada é “consolación o gaño” para quem escreve, do contrário, é “negligencia”, falta de “bõdad” e de “amor” de quem recebe (“Letra XVIII. Para El Prior del Passo”, fol.71r) – é aquele que se destina a provar que nenhum fracasso é permanente, bastando, para isso, lembrar que há senhores de maior, de menor ou de igual estirpe que foram desterrados e obtiveram depois sucesso em seus intentos: Moisés, Marco Camilo, Cícero e uma extensa lista de heróis do passado.

O alicerce fundamental aqui é que Pulgar considera que a Providência divina envia adversidades, lágrimas e tristezas como prenúncio de prosperidade

e de alegria para o cristão verdadeiramente contrito (“verdadera contricion pura”) (“Letra II. Para vn caballero que fue desterrado del reyno”, fol. 47v-50r). Na Letra XVII, endereçada a “El Señor don Enrique”, Pulgar acrescenta: “dexemos su oficio a Dios que es el verdadero consolador, el qual despues de la pena dà refrigerio, y despues de las lagrimas derramadas misericordia” (fol. 69v).

No sentido desta regra de conduta para a nobreza de espada, Gonzalo Pontón, ao estudar a relação entre as “letras” e a *Crónica de los Reys Católicos* – duas obras de enorme sucesso de Pulgar –, sobretudo no que tange aos aspectos temáticos e ao uso retórico dos afetos, conclui que em ambas existe a proximidade entre o gênero epistolar e o discurso. A carta, como *sermo absentium* (discurso oral para alguém ausente) era, no limite, a “metade de um diálogo” ou uma “quase presença”, e como tal susceptível de assimilar-se à *oratio* literária, com a qual compartilhava os mesmos traços dos discursos em viva voz – ou a emulação de uma conversa – e uma evidente vocação retórica (PONTÓN, 1999, p.1495). Em verdade, Francisco Nigro, contemporâneo de Pulgar e um dos principais representantes da Nova Epistolografia italiana, em seu *De modo epistolandi*, instituía que a epístola como “*oratio pedestris quae absentes amicos presentes facit, tam ad voluptatem quam ad utilitatem, tum publicam tum privatam, divinitus excogitata*” (“a epístola pode ser considerada um discurso pedestre que faz amigos presentes amigos ausentes, tanto para deleite quanto para a utilidade, tanto pública quanto privada”). Num momento anterior Guido Faba, um dos mais importantes *rectores* da Idade Média, na *Summa dictaminis*, já havia estabelecido o parentesco entre as “arengas” (os discursos orais de litígio) e as epístolas, permitindo-se, assim, aplicar os mesmos modelos retóricos de fundo ciceroniano a ambos (PONTÓN, 1999, pp.1495-1497).

Além disso, porém, para o caso específico da edição de c.1493, a incorporação do conjunto das epístolas de Pulgar como parte final dos *Claros Varones de Castilla* possui um outro sentido complementar a este que Gonzalo Pontón apresenta. Após determinar os principais feitos e caracteres dos mais ilustres varões castelhanos, Pulgar procura apresentar um retrato de si mesmo a partir do qual não só emerge a figura eminente do conselheiro, consolador, moralista, amigo e privado de membros da alta nobreza, mas também ele mesmo está presente, através do testemunho de sua epistolografia, nos momentos mais decisivos da história do reinado dos Reis Católicos.

Sem dúvida alguma, os acontecimentos históricos de maior relevância desse período podem ser rastreados pela epistolografia de Pulgar. O que liga o conjunto de suas “letras” às várias modalidades de crônica do período e, portanto, à historiografia, e ao gênero da prosopografia, ou seja, do retrato de homens altamente virtuosos e seus feitos dignos de memória. Assim, a epistolografia de Fernando del Pulgar é a prova inconteste que ele fornece para, também ele, pertencer à longa lista de figuras ilustres do reino de Castela. Mesmo porque, de acordo com o estudos de Joseph Abraham Levi:

There are three main forms of biographical works. There is: i. the biography and/or the chronicle of only one person; ii. the collection of *semblanzas*, i.e., sketches, or rather, a series of

short monographic accounts of the most notable deeds performed by a few and chosen noblemen; and, iii. the memoir, i.e., the autobiography of a given author or major historic-political figure.(PULGAR, 1989, p.xix).

Embora a temática consolatória seja a tônica central para a fortuna crítica das cartas de Pulgar, penso que é um equívoco afirmar que toda essa correspondência seja apenas testemunho de alguém preocupado em dissolver os sofrimentos dos amigos, quer estejam eles presos em cárceres portugueses ou outros lugares inóspitos, quer enfermos ou distantes da pátria, ou ainda que ela é o resultado dos esforços de adulação aos poderosos por parte de alguém em busca de favores e mercês. Se as "letras" de Pulgar são, como afirma Pedro Cátedra, "un género cuasi historiográfico del interior humano", é porque justamente elas são também um "género de monición y dirección moral, meditativo incluso, recobrando, de paso, la impronta cristiana y senequista que le prestaron los primeros Padres de la Iglesia". Como sublinha ainda Pedro Cátedra, há vários sub-gêneros de epístola consolatória que dependem das circunstâncias particulares de produção (consolação por perda, ruína econômica, desterro, prisão, enfermidade, morte etc.). De qualquer forma, para dizer em definitivo, trata-se de uma finalidade ético-política incontestável(CÁTEDRA, 1997, p.470).

Pois bem, pouco tempo depois da esmagadora vitória das hostes reais frente à milícia fiel ao duque de Coimbra em Alfarrobeira (1449), Fernando del Pulgar irá defender-se da ira e da ambição de D. Afonso V de Portugal. Numa de suas mais destacadas "letras", a sétima endereçada "para el rei de portugal", Pulgar, concordando com o Deão de Vergy, embaixador da princesa Isabel de Borgonha, da necessidade de toda república dever repousar sobre a autoridade prudente de um monarca soberano, buscará demover a D. Afonso de suas pretensões de fazer guerra contra a legitimidade de Enrique IV de Castela. Pulgar aconselha muito discernimento nos negócios do Estado, sobretudo naquilo que tange às coisas da guerra, que devem ser consideradas "con animo limpio de passion". Mesmo porque os argumentos acerca dos direitos que a dinastia avisina possuía sobre os domínios de Castela, defendidos pela nobreza castelhana pró-Portugal, cuja cabeça era representada pelo arcebispo de Toledo, "no vienen a vuestra señoría con zelo de vuestro seruiçio: ni menos con deseo desta iusticia que publican: mas con deseo de sus propios intereses, que el rey [e] la reina no quisieron. o por ve[n]tura no podieron co[m]plir segund la medida de su cobdicia"(PULGAR, 1493, fols.55v).

De fato, mover-se por paixão e ser dominado pelos interesses particulares acaba por resultar numa lealdade nada firme, a qual se baseia em "en robos y en tirania, haciendo division". Além disso, a demanda de D. Alfonso V pelo trono de Castela vai contra a Providência Divina e contra a busca da perfeita justiça pelo bom rei, que jamais ousaria empreender "quemas: robos: muertes: adulterios: rapinas: destruyçiones de pueblos: [e] de casas de oracion: sacrilejos. el culto divino profanado. la religio[n] apostatada: [e] otros muchos estragos y roturas: que d[e]la guerra surten", o que quadraria mais propriamente ao rei estrangeiro e usurpador de trono alheio (IDEM, IBIDEM, fols.55v-59v).

Nesse mesmo contexto de acirramento dos ânimos e lutas política pelo poder, para o arcebispo de Toledo, Dom Alfonso Carrillo, um dos maiores opositores de Enrique IV, Fernão del Pulgar recomenda o exemplo da obediência de David, cujo preceito rezava "obedecer los reyes, aunque disolutos, antes que facer division en los reinos" e abdicar da incômoda posição de um dos maiores "enemigos de la quietud del pueblo", cuja casa era "receptaculo (...) de caualleros airados [e] descontentos, inuentora de ligas y coniuraciones contra el cetro real, fauorescedora de desobedientes y de escandalos del reino", fonte de "corrubcion [e] escandalo y turbación" (IDEM, IBIDEM, fols.49v-51r.). Para tanto, diz ao criado de D. Alfonso que deve aconselhar a seu senhor para que "sossiegue su espiritu. [e] luego holgara el reino" e que "tenga paz consigo", aliando-se à companhia de "gente de letras (...) y no rodeado de armas", devendo seguir – insiste mais uma vez Pulgar – o exemplo de David que sempre manteve lealdade, a despeito das divergências de opinião com seu rei (IDEM, IBIDEM, fols.51r-52r).

Dessa forma, os conflitos e as disputas ferrenhas em torno da questão da honra nada mais seriam do que um processo depurador que se resolveriam no espaço social das redes de sociabilidades e na prestação de serviço senhorial. Em se tratando de uma sociedade fundada em hierarquias, o que vale é a lógica dos laços de sangue (familiares) e das interdependências nobiliárquicas e, não, meramente do valor individual ou das ações singulares. Quer dizer, não estamos numa sociedade de caráter burguês em que a ascensão social se faz por meio do acúmulo de riquezas, de bens materiais e de tudo aquilo que é perecível e temporário. Seria um equívoco pensar que a Espanha do Humanismo se moveria pela iniciativa dos indivíduos, segundo padrões e valores do capitalismo concorrencial, como diria Eric Hobsbawm (HOBSBAWM & RANGER, 1984, pp.9-25). Em contraste, melhor seria considerar que as práticas epistolares de Fernão del Pulgar se fundamentam a partir da ratificação de certos princípios éticos de base e conforme os estatutos de uma organização comunitária específica e, para dizer com Norbert Elias, de uma "sociedade de corte"(ELIAS, 1987, pp.67-80).

É então correto afirmar que a epistola, em seu caráter letrado, desvela um certo tipo de *ethos* ou, conforme diz Aristóteles, uma imagem que se produz a partir do processo discursivo, baseada na apresentação e descrição de lugares-comuns da argumentação. Os tratadistas que regeram a escrita de cartas são unânimes em definir a troca epistolar como um presente que se dá a um amigo ausente ou como metade de um diálogo, em que fala apenas o emissor. Ora, segundo essa perspectiva doutrinal, o remetente deveria apresentar necessariamente alguns traços de sua biografia (suas intenções e objetivos, passagens estratégicas de sua vida, destaque para o grau de relacionamento com o destinatário etc.). Porém, trata-se de uma "ficção" (de uma elaboração textual e um efeito do discurso, de fato) em que se busca a verossimilhança e a construção de uma *persona*, e que deve se adequar justamente ao contexto de elocução e, nunca, de uma realidade histórica e concreta, considerada *a priori* como verídica.

Dominique Maingueneau é lapidar quanto a isso: o *ethos* no discurso é uma "encenação", cujo objetivo é argumentar pelo "caráter" que se apresenta em complemento às tópicas de índole racional e emotiva. Não é por acaso que

o efeito de sentido da prática epistolar seja considerado como uma expressão de um "eu" verdadeiro e confessional, com forte impacto na revelação de uma biografia (MAINGUENEAU, 2008, pp.98-99). Embora a teoria literária contemporânea tenha se ocupado especialmente com essa questão da biografia como um gênero literário autônomo, em que pese o uso massivo de diários, crônicas, escritos confessionais e escrita de cartas, deve-se entender que é preciso grande cautela ao aplicar esse método de análise e seu respectivo instrumental hermenêutico a obras de um período tão particular e de características e condições intransferíveis como o são o do Humanismo hispânico (PÉREZ PRIEGO, 1984, p.230).

Fernando del Pulgar, formado nas hostes dos "dictadores" medievais e nos quadros da chancelaria régia (CURTIUS, 1980, p.54s), sabia esgrimir muito bem com os protocolos textuais, com a dinâmica institucional e política, e com o aparato complexo e burocrático dos documentos de Estado. No interior dessa estética, nascia uma nova prosa artística castelhana e, nela, se ancorava uma boa parte das convicções culturais de vários humanistas, justamente aqueles que, primeiro sob a égide do Marquês de Santillana e depois de seus seguidores, desejaram aclimatar os clássicos da literatura greco-romana para a aristocracia de sangue (BUSTOS TOVAR, 1983, p.208). Por isso e também por consequência do acontecimento linguístico da ascensão da língua vulgar, Fernando del Pulgar advertia que a "sabiduría de los antiguos" deveria quadrar perfeitamente com os valores mais prestigiosos da nobreza castelhana e com os princípios hierárquicos que estabilizavam a "vida en sociedad", as "famílias" e todos os âmbitos do "estado y del re[g]no" de Espanha.

Pensando assim, a escrita exemplar de Fernando del Pulgar, expressa no contexto de sua correspondência, serve de intermediária, mensageira e protagonista de atos de linguagem de grande força performativa, porque representa exatamente o caráter nobiliárquico, com seus vícios, pecados ou virtudes, subjacente à constituição hierárquica da sociedade da época. O que, por sua vez, implica o ordenamento de comportamentos que se devem constituir para o destinatário, conforme um mandamento coerente e culturalmente reconhecível e codificado. Nesse sentido, se os enunciados de Pulgar possuem esse efeito de exemplaridade, inerente em grande medida a seu próprio processo de elaboração, isto se obtém por certos usos particulares, a partir dos quais ele os mobiliza. Vale dizer, sua correspondência se define comumente como "realista", em que os dados do cotidiano e a observação atenta refletem em expressão natural (e até, digamos, comezinha) de um diálogo entre remetente e destinatário (BROWNLEE, 1987, p.220).

Esse traço de informalidade na formulação escrita foi um ensinamento que Pulgar aprendeu dos "antiguos romanos". Como ele mesmo afirma, adentrar-se no mundo da erudição clássica era um objetivo desejável e parte constituinte das competências e habilidades de um letrado à serviço de uma corte nobiliárquica, em particular, de alguém que militava nos quadros da chancelaria régia sob a rainha Isabel de Castilla em tempos de ratificação da monarquia. Tratava-se também, de certo, de uma forma aristocrática de comunicação, por conseguinte de um investimento estratégico na busca por angariar honra e mercês. O aumento de seu estado, respeitando a dinâmica do grupo social em que circulava, dependia, então, de uma forma de expressão

linguística correta (não apenas de acordo com a gramática normativa do período, mas estilisticamente bem construída) e adequada (não apenas para reafirmar certa imagem de um cavaleiro cortês, mas de alguém moralmente superior).

Seu êmulo e contemporâneo, o Marquês de Santillana, em carta para seu filho primogênito que estudava em Salamanca, explicava que essa nova literatura ou, para bem dizer, essa maneira inusitada de escrever com viés fortemente letrado tinha por objetivo remediar o tédio e a desesperança em tempos de grandes convulsões sociais. É que, assim pensando, a dedicação às letras era considerada repouso estratégico e necessário contra os aborrecimentos e esforços cotidianos (LAWRENCE, 1986, p.65; ROUND, 1999, p.254). Fernando del Pulgar poderia acrescentar que os leitores do século XV, além dessas condicionantes desveladas pelo “divino Marquês”, eram ávidos por exemplos moralmente estimulantes – aquele “exemplo y consolación”, como frequentemente se chamava à época (TATE, 1979, pp.42-44), com o intuito de angariar informação pragmática e de uso mais imediato.

Conquanto a experiência estética, sem dúvida alguma, era elemento relevante entre os leitores, mais ainda era o acesso a conteúdos sociais relevantes, mesmo porque, ainda com o Marquês de Santillana, “si carecemos de las formas, seamos contentos de las matérias” (Apud WHINON, 1982, pp. 215). E Enrique de Villena – outrofamosos cavaleiro, letrado e cortesão do período – dizia que “los muy altos e grandes fechos” que “por exemplo de ellos” conduz “a alteça de virtudes e a desseo de muy grandes cosas”. Segundo informa Francisco Rico (1991, p.232), a Literatura participava dessa visão moralizante da existência humana, que perdurou até a Idade Moderna no século XVIII, demonstrando uma longevidade impressionante em longa duração histórica. Isto, porque a sobrevivência dos valores nobiliárquicos era considerada o cimento que dava liga a todos os estratos sociais e mantinha estável as diversas hierarquias e a comunidade política. Ou, para mobilizar uma metáfora corporal tão justa à mentalidade do Humanismo, era o sangue que circulava por todo o organismo de Estado – da cabeça régia até os pés dos pobres – e que, assim, nutria a todos os indivíduos.

Fernando del Pulgar fazia parte de um seleto grupo de nobres, prelados e letrados de grande envergadura que angariaram poder e recursos com impacto relevante na vida doméstica e nos negócios externos no período conturbado que foi a união das Coroas de Castela e de Aragão. A Providência divina havia operado para este casamento tão feliz, cujo diadema vinha sob a égide da Reconquista, da retomada de Granada e do renascer da *Hispania*, que, por sua vez, emulava a cultura da Roma antiga e as glórias memoráveis do século do Imperador Augusto.

Referências Bibliográficas

BOUZA, Fernando. *Corre Manuscrito*. Uma historia cultural Del Siglo de Oro. Madrid: Marcial Pons, 2001.

BROWNLEE, Marina S.. Hermeneutics of Reading in the Corbacho. In: FINKE, Laurie & SCHICHTMAN, Martin. *Medieval Texts and Contemporary Readers*. Ithaca: Cornell University Press, 1987, pp.216-233.

BUSTOS TOVAR, Eugenio de. Nebrija, primer linguista español. *Nebrija* (1983), pp.205-222.

CARTAGENA. Alonso de. Libro segu[n]do. Delas siete artes liberales. In: _____. *Las obras de Séneca*. Sevilha, Meynardo Ungut & Stanislaw Poloo, 1491. Biblioteca Nacional de Lisboa, Inc. 171.

CÁTEDRA, Pedro. Modos de consolar por carta. In: *Actas del VI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*. t. 1. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá de Henares, 1997.

_____. Dictadores y Humanistas en Enrique de Villena. In: RICO, Francisco (org) *Historia y crítica de la Literatura Española*. v.1: Edad Media. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.

CURTIUS, Ernst R.. *Literatura Europeia e Idade Média Latina*. São Paulo: INL, 1980.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

GÓIS, Damião de. *O Livro de Eclesiastes*. Reprodução em fac-símile da edição de Stevão Sábio (Veneza, 1538). Edição crítica e introdução de T.F. Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LAWRENCE, J.N.H.. On Fifteenth-Century Spanish Vernacular Humanism. *Medieval Studies Tate* (1986), n.78, pp.63-79.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da Enunciação*. Curitiba: Criar Edições, 2008.

MOINES, Georges. *Histoire de la vieillesse*. De l'Antiquité à la Renaissance. Paris: Fayard, 1988.

PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel. Estudio literario de los libros de viajes. *Epos*, n.I, 1984, pp.217-239.

PONTÓN, Gonzalo. Sobre algunas epístolas de Fernando de Pulgar. *Actas del VIII Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*. Santander, 1999, pp.1492-1515.

PULGAR, Fernando del. Letras. In: _____. *Claros Varones de España*, Zaragoza: Pablo Hurus, c.1493. Biblioteca Nacional de Lisboa, Res. 235 V.

_____. *Los Claros Varones de España (ca.1483)*. A semi-paleographical edition. Joseph Abraham Levi, editor. New York: Peter Lang, 1989.

_____. *Coplas de Mingo Revulgo glosadas por Fernando del Pulgar*. Edição fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1985.

ROCHA, Andréa Crabé. *A Epistolografia em Portugal*. Coimbra, 1965.

ROUND, Nicolas. Alonso de Cartagena and John Calvin as Interpreters of Seneca's *De clementia*. In: OSLER, Margareth & LAURIER, Wilfred (ed.). *Stoicism and Epicureanism*. Ontario: Waterloo University Press, 1999, pp.231-267.

TATE, Robert. The Civic Humanism of Alonso de Palencia. *Renaissance and Modern Studies*, v.XXIII, 1979, pp.42-44.

_____. *Ensayos sobre la historiografía peninsular del siglo XV*. Madrid, 1970.

WHINON, Keith. *Autor* and *Tratado* in the Fifteenth Century: Semantic Latinism or Etymological Trap?. *Bulletin of Spanic Studies*, v.LIX, 1982, pp. 211-218.